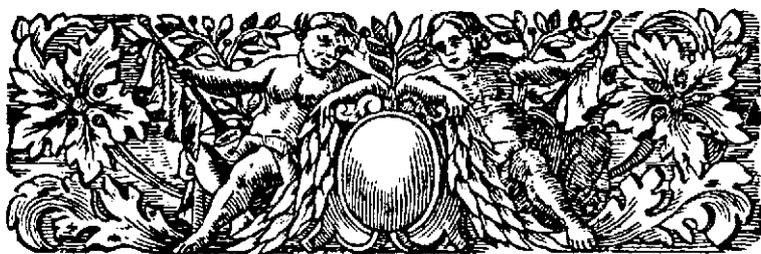


LIVRO DOS FEITOS

Nº 1



PRESIDENTE JOSÉ SARNEY

BRASÍLIA
1986

LIVRO DOS FEITOS

Nº 1

Presidência da República
BIBLIOTECA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE IMPRENSA E DIVULGAÇÃO
BRASÍLIA
1986

LIVRO DOS FEITOS

Nº 1
1985/1986

BRASILIA
1986

LIVRO DOS FEITOS



ONDE SE FAZ REGISTRO
DO QUE SE FEZ, MUDOU,
TRANSFORMOU, CRIOU,
& ALTEROU, VITALIZOU,
INOVOU, MODIFICOU, RES-
TAUROU, REVOLUCIONOU,
ADMINISTROU NO BRASIL
PARA FELICIDADE DO POVO
BRASILEIRO, EM 12 MESES,
ENTRE 15 DE MARÇO DE 1985
-QUANDO, PARA O BEM, FOI
INSTAURADO O REGIME
DA NOVA REPÚBLICA-
& 15 DE MARÇO DE 1986,
SOB O GOVERNO DO
PRESIDENTE JOSÉ SARNEY.



AS
MUDANÇAS





verbo é mudar: o Brasil mudou. Este foi o primeiro sinal da nova realidade política do País, desde a posse de José Sarney na Presidência da República.

Não aconteceu, apenas, uma troca de Governo, uma substituição constitucional de Presidente da República, nem mesmo a ascensão sazonal de um novo Partido.

O que aconteceu no País em 1985 foi uma ruptura, com a mudança radical de princípios, métodos e expectativas.

Sem traumatismos, sem revolucionarismos, sem demagogia, sem bazófilas — mas, rigidamente, conforme o acordo que selou a “Aliança Democrática”, denominado “Compromisso com a Nação” e que, ainda hoje, Sarney adota como bíblia do seu Governo — começou no Brasil um tempo bem diferente.

A liberdade substituiu o autoritarismo.

A cordialidade nas relações políticas substituiu o ódio e a repressão.

A preocupação com os pobres substituiu a atenção predominante com os ricos e poderosos.

A justiça substituiu o medo.

A ordem tornou-se conseqüência da paz entre os cidadãos e não uma imposição do regime.

A punição e afastamento dos funcionários corruptos e ineficientes substituiu a complacência e a cumplicidade.

As mudanças correram contra o tempo, transformaram a idéia de transição num salto, rápido e firme, no sentido da esperança.

Eleições diretas para Presidente, convocação da Constituinte, liberdade para organização de partidos políticos — com o fim dos chamados “partidos clandestinos”, tradicionalmente perseguidos — foram mudanças tão profundas como a criação da nova moeda, o Cruzado, na Reforma Econômica que acabou com a inflação e restaurou o valor do trabalho e da produção, pondo fim à especulação e à desordem financeira.

Os fatos mostram que Sarney levou o País a conjugar o verbo mudar. O povo — que saiu à rua como “Fiscal do Sarney” — podia dizer: “nós mudamos a economia”.





♦ I PARTE ♦

O PAÍS
SE TRANSFORMOU
EM ASPECTOS ESSENCIAIS:
TORNOU-SE UMA DEMOCRACIA
TÃO LIVRE QUANTO
A MAIS LIVRE
DAS DEMOCRACIAS
EXISTENTES NO MUNDO.

E O GOVERNO
PASSOU A SER EXERCIDO
PARA O POVO, PELO POVO
E COM O POVO.





MUDANÇAS INSTITUCIONAIS



- Convocação da Assembléia Nacional Constituinte, a ser eleita a 15 de novembro de 1986.
- Eleições Diretas para Presidente e Vice-Presidente da República reestabelecidas pela Emenda Constitucional n.º 25/85.
- Realização de eleições diretas para Prefeito e Vice-Prefeito das Capitais, estâncias hidrominerais e Municípios considerados como de segurança nacional.
- Direito de voto ao analfabeto.
- Obrigatoriedade de destinação à Educação de 13 por cento dos recursos do Orçamento da União.

- Ampla liberdade de organização partidária, com a conseqüente legalização dos partidos políticos clandestinos.
- Descentralização administrativa com maior destinação de recursos para Estados e Municípios, através da Reforma Fiscal.
- Direito de voto e representação política no Distrito Federal.





MUDANÇAS POLÍTICAS



- Adesão do Governo brasileiro aos pactos sobre Direitos Humanos das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.
- Negociação direta da dívida externa com os credores, sem submissão aos critérios do Fundo Monetário Internacional.
- Justiça Fiscal. Isenção do Imposto de Renda para trabalhadores com rendimentos de até cinco salários-mínimos e para contribuintes com três dependentes e rendimentos de até sete salários-mínimos.
- Autonomia Sindical. Reconhecimento do direito de livre associação de entidades sindicais. O Gover-

no não mais utiliza legislação coercitiva para tratamento das greves trabalhistas.

■ Fortalecimento da Aliança Democrática. Instituição do Conselho Político do Governo, constituído pelos líderes partidários, da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, dos partidos fundadores da Nova República.

■ Consolidação do processo de reconstrução da Democracia, com revisão da legislação de forma a ampliar o grau de liberdade no País. O Presidente da República decidiu não acionar a Lei de Segurança Nacional, instituída pelo regime autoritário.

■ Abandono, pelo Poder Executivo, do uso do expediente do decurso de prazo para aprovação, sem exame pelo Congresso Nacional, de suas propostas legislativas.

■ Criação do Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher.





MUDANÇAS ECONÔMICAS



- Adoção do Programa de Estabilização Econômica com a eliminação imediata da inflação e estabelecimento de uma nova ordem monetária, mantendo o crescimento econômico e o nível de emprego.
- Congelamento de todos os preços de mercadorias, serviços e tarifas públicas.
- Congelamento, por 12 meses, das prestações de aquisição da casa própria (sistema BNH) e dos aluguéis.
- Concessão de aumento de 15% acima da média de remuneração real dos últimos seis meses para os trabalhadores que ganham salário-mínimo.

- Concessão de aumento de 8% acima da média de remuneração real dos últimos seis meses para todos os assalariados.
- Extinção da correção monetária generalizada.
- Criação do seguro-desemprego para proteger os trabalhadores.
- Reforma monetária, com substituição do Cruzeiro por uma moeda forte, o Cruzado.
- Desestímulo à especulação financeira, encorajando-se os investimentos em atividades produtivas.
- Proteção ao pequeno investidor, com garantia de remuneração adequada às cadernetas de poupança.
- Defesa da economia popular. Punição aos especuladores e instituição de legislação mais severa contra fraudes.
- Adoção da escala móvel para correção dos salários, sempre que a inflação atinja um nível determinado.
- Adoção de uma política nacional para ciência e tecnologia através de programas setoriais e incentivos fiscais.
- Consolidação da política nacional de informática, visando à criação de tecnologia própria e ao fortalecimento de empresas nacionais.





AS OBRAS E AÇÕES
DO GOVERNO
MOSTRAM QUE,
PONDO EM PRÁTICA
AS INTENÇÕES,
HOUE TRABALHO,
FEZ-SE.

NAO SE PERDERAM
AS PALAVRAS.
NAO SE ESQUECERAM
OS COMPROMISSOS.
CADA UM CUMPRIU
A SUA PARTE.



Presidência da República

BIBLIOTECA



AS REALIZAÇÕES





O Governo não se realiza somente misturando cimento, areia e pedra e construindo prédios. Nem distribuindo alimento às crianças, livros aos estudantes e remédio aos doentes. Esta é apenas uma parte das responsabilidades da Administração.

No Brasil atual — comprometido por estruturas burocráticas gigantescas e pesadas, viciadas e paternalistas — a principal preocupação do Governo Sarney é alterar os critérios para a distribuição dos benefícios e preocupações da máquina governamental.

Por isso, no seu primeiro ano — quando ainda não houve tempo de planejar, construir e inaugurar obras de cimento — o Presidente José Sarney pode apresentar uma relação criativa, numerosa e significativa de realizações.

A opção pelos pobres — que significa mais recursos públicos para obras e serviços que socorram os milhões de brasileiros marginalizados pela injustiça social e pelos equívocos do planejamento — é uma espécie de “ordem de serviço” do Presidente Sarney, obrigando todos os Ministérios e órgãos do Governo a destinar atenções às populações necessitadas, que devem ser resgatadas e integradas ao nível do desenvolvimento econômico e social dos demais brasileiros.

O Governo Sarney não exclui setores dessa preocupação renovadora. As Forças Armadas começaram a realizar programas de modernização que as renovam e atualizam em termos de doutrina e equipamento. A Educação revê conceitos, prioridades e métodos.

Subordinado aos Cinco Pontos (Liberdade, Desenvolvimento, Opção Social, Identidade Cultural, Soberania e Independência) com os quais o Presidente Sarney definiu as prioridades e balizou os princípios da sua administração, o Governo Sarney apresenta suas realizações como um conjunto harmônico e objetivo de obras e ações. Tudo conforme o espírito de mudança e modernidade da Nova República.



EDUCAÇÃO



■ *Expansão da Oferta de Vagas.*

Através do Programa de Prioridades Sociais, o Governo estabeleceu bases para garantir o acesso à escola a toda população de 7 a 14 anos de idade, com a criação, a curto prazo, de 308.000 novas vagas.

■ *Apoio aos Sistemas Estaduais de Ensino.*

Em 1985, foram transferidos Cr\$ 600 bilhões para as Secretarias Estaduais de Educação.

■ *Municípios.*

Desenvolveram-se programas de financiamento direto a projetos municipais com recursos do Salário-Educação e do Programa de Prioridades Sociais, envolvendo Cr\$ 355 bilhões.

■ *Educação Básica e Meio Rural (EDURURAL).*

Em 1985, foram aplicados recursos da ordem de Cr\$ 67,3 bilhões na expansão da educação rural em municípios do Nordeste.

■ ***Educação Básica nas Regiões Norte e Centro-Oeste.***

Programa desenvolvido em 25 grandes municípios, através de ações voltadas para a construção e ampliação de escolas, treinamento de recursos humanos e distribuição de material didático.

■ ***Melhoria de Qualidade do Ensino Técnico, Agrícola e Industrial.***

Implantado programa plurianual com apoio do BIRD, envolvendo Cr\$ 54,3 bilhões, em 1985, na área do ensino de 2.º grau.

■ ***Ensino Supletivo.***

Programas atendendo não só à população analfabeta como também a grupos, organizações comunitárias e clientela que buscam na atualização de conhecimentos uma forma de promoção e melhor inserção na vida produtiva do País.

■ ***EDUCAR.***

O MOBREAL foi transformado em Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos — EDUCAR, alterando-se a estratégia de combate ao analfabetismo.

■ ***Programa de Ensino Agrotécnico.***

Para manutenção das escolas federais e apoio técnico e financeiro às escolas agrotécnicas estaduais, foram despendidos Cr\$ 130 bilhões em 1985.

■ ***Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).***

Em 1985, atendeu a cerca de 21 milhões de alunos, a um custo estimado de Cr\$ 1 trilhão.

■ ***Programa de Bolsas de Estudo de 1.º e 2.º Graus.***

O Programa, que atende a alunos de 5.ª a 8.ª séries do 1.º Grau, em estabelecimentos de ensino particulares, beneficiou 165.000 estudantes durante o ano de 1985.

■ ***Programa Nacional do Livro Didático.***

Distribuído um total de 42 milhões de livros.

■ ***Programa de Bolsas de Trabalho de 2.º Grau Profissionalizante.***

Oferece a estudantes, desprovidos de condições financeiras, oportunidades de exercício profissional em órgãos ou entidades públicas ou privadas. A um custo de Cr\$ 12,3 bilhões, beneficiou 115.000 estudantes durante o ano de 1985.

■ ***Programa de Material Escolar.***

Em 1985, o Programa despendeu Cr\$ 40 bilhões com a distribuição gratuita de material escolar, atendendo a alunos da 1.ª a 4.ª séries do 1.º Grau.

■ ***Saúde Escolar.***

O Programa atua nas áreas de saúde geral, odontologia e oftalmologia, através de medidas de preservação da saúde geral e coletiva, voltando-se para os alunos de 1.º Grau da rede oficial de ensino.

■ ***Programa "Nova Universidade".***

O programa tem como objetivo a melhoria do ensino, considerado básico para a independência tecnológica e científica e para o desenvolvimento de uma consciência crítica nacional. Em 1986, já foi repassado às Universidades a primeira parcela de CZ\$ 220 milhões.

■ **Teleducação.**

Em 1985, a FUNTEVÊ orientou suas atividades prioritariamente para o apoio ao ensino básico. Nessa linha, destacam-se os projetos “TVE NA ESCOLA”, “QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA O MAGISTÉRIO” e “NORDESTE EDUCA NORDESTE”, que serão implantados em 1986.

■ **Formação e Aperfeiçoamento do Pessoal de Ensino.**

Através do Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal para a Formação Profissional, desenvolveram-se atividades de formação e aperfeiçoamento do pessoal docente, técnico e administrativo dos diversos sistemas de ensino.

■ **UNE.**

Legalização da União Nacional dos Estudantes, passo fundamental para que os estudantes brasileiros recuperem lugar que sempre tiveram na vida política do País.

■ **Atendimento às Regiões mais Carentes.**

Do total dos recursos transferidos aos governos estaduais, 55% couberam ao Nordeste, e dos 2.828 municípios beneficiados pelo Programa de Atendimento Direto aos Municípios, 42% estavam localizados naquela Região.

SAÚDE



■ *Ações Integradas de Saúde.*

Os Ministérios da Saúde, Previdência Social e Educação se reuniram, e, com as Secretarias de Governo dos Estados, iniciaram a unificação funcional do setor de saúde, com a descentralização das ações de programas e projetos governamentais.

■ *Programa de Suplementação Alimentar.*

O Programa está sendo conduzido pelo INAN, em íntima articulação com as Coordenadorias Regionais de Saúde e Secretarias de Saúde. O PSA beneficia gestantes, nutrizes e crianças de até 4 anos de idade. Iniciado em outubro, o Programa despendeu, em 1985, recursos da ordem de Cr\$ 3 trilhões, distribuindo 53 mil toneladas de alimentos básicos (arroz, feijão, leite, açúcar, fubá e farinha).

■ *Controle de Doenças Transmissíveis.*

Campanhas de vacinação com o objetivo de reduzir os índices de mortalidade causada por doen-

ças transmissíveis. Destacam-se as metas de erradicação da poliomielite e raiva, e maior controle do sarampo, coqueluche, difteria e tuberculose.

■ ***Assistência Médico-Sanitária.***

O Ministério da Saúde iniciou a construção de 38 unidades de saúde e tem em fase de ampliação ou reforma outras 62 unidades.

■ ***Combate às Grandes Endemias.***

Ações preventivas e de combate à malária, febre amarela e doença de Chagas. Em 1985, foram vacinadas 5 milhões de pessoas contra a febre amarela.

■ ***Saúde da Mulher e da Criança.***

Foi implantado o Programa de Saúde da Mulher e da Criança em 11 Unidades da Federação.

■ ***Medicamentos Gratuitos.***

O Programa de universalização de medicamentos, já iniciado, prevê a distribuição anual de cerca de 40 medicamentos essenciais a 30 milhões de pessoas carentes por ano.

■ ***Infecção Hospitalar.***

Programa de controle de infecções hospitalares em todo o País.

■ ***Pró-Sangue.***

Iniciado o Programa Pró-Sangue que visa a dotar o País de uma rede pública de bancos de sangue.

■ ***Fundação Oswaldo Cruz.***

Reincorporados à Fundação Oswaldo Cruz os cientistas afastados por razões políticas. Foram rea-

bertos os laboratórios de genética e farmacologia e iniciada a produção de remédios homeopáticos.

■ ***Imunização.***

Com a nova política nacional para imunobiológicos, o Brasil será auto-suficiente na produção de vacinas e soros de interesse prioritário para os programas de saúde do atual Governo.

■ ***Saneamento Básico.***

Encontram-se em fase de construção, por todo o Brasil, 134 sistemas de abastecimento de água, enquanto outros 198 estão em fase de ampliação. Quanto aos sistemas de esgoto sanitário, 38 estão em fase de construção e 13 estão sendo ampliados.

AGRICULTURA



■ *Financiamento.*

Para garantir ao produtor rural uma alternativa segura de comercialização, foram adquiridas 7,9 e financiadas 6,7 milhões de toneladas de produtos, assegurando-se, assim, o cumprimento de uma das premissas básicas da Política de Garantia de Preços Mínimos — PGPM. Os produtos utilizados atingiram Cr\$ 15,2 trilhões em 1985.

■ *Pesquisa.*

Foram instituídos 43 programas nacionais de pesquisa agropecuária, abrangendo a execução de 4.052 projetos de pesquisa, com a participação de 116 unidades integrantes do Sistema Cooperativo de Pesquisa Agropecuária. Dentre as realizações da área, merecem destaque o desenvolvimento da primeira vacina brasileira contra pleuropneumonia suína e a instalação do Centro Nacional de Biotecnologia.

■ *Assistência Técnica e Extensão Rural.*

Os programas de extensão rural atuam em 3.157 municípios — 89% do total de municípios do País —, com ênfase para os pequenos e médios produtores rurais, que representam 98% do total de produtores beneficiados. Procurou-se garantir a interiorização dos serviços extensionistas, colocando-se 80% dos técnicos em contato direto com o produtor rural e sua família, os seus problemas básicos e suas carências imediatas. Através desses serviços procurou-se garantir, ainda, apoio às diversas organizações rurais, como cooperativas, sindicatos de produtores e trabalhadores, grupos de produtores e donas-de-casa, grupos de jovens e clubes 4-S.

■ *Produção Agropecuária e Agroenergia.*

Todos os esforços foram desenvolvidos para tornar possível o aumento da produção agropecuária, particularmente a de alimentos básicos. Destacaram-se três itens: produção e comercialização de sementes e mudas; aumento da produção e produtividade da agropecuária; racionalização do uso de fontes comerciais de energia e orientação à produção de agroenergia.

■ *Irrigação e Drenagem.*

Foram incorporadas ao processo produtivo aproximadamente 150.000 ha. de várzeas drenadas e/ou sistematizadas e irrigadas, com acréscimos de 1.200.000 t de alimentos agrícolas ao volume de produção e criação de 42.500 empregos nas áreas recuperadas.

■ *Meteorologia Agrícola.*

Iniciou-se processo de modernização do sistema de previsão do tempo, com a instalação de uma uni-

dade de análise de imagens de satélites e com a automação do sistema de coleta e disseminação de dados a nível nacional e internacional. Pretende-se, ainda, implantar, num período de cinco anos, um Centro de Análises Climáticas, com vistas à previsão de safras e fenômenos adversos.

■ *Desenvolvimento da Lavoura Cacaueira.*

Foram estabelecidos os programas para 410 projetos de pesquisa, visando ao desenvolvimento de tecnologia para o cultivo de cacau e outros produtos adaptados às condições sócio-econômicas das regiões cacaueiras.

■ *Comercialização e Abastecimento.*

Foram elaboradas as diretrizes do Plano Nacional de Abastecimento, com ênfase no abastecimento das áreas de baixa renda e no estímulo à produção. Procurou-se obter um controle maior sobre a oferta de produtos, contribuindo, com isso, para a regularidade do abastecimento interno.

■ *Programa de Alimentação Popular — PAP.*

O Plano foi implantado em 17 capitais, com previsão de funcionamento em todas as Unidades da Federação já em 1986. O PAP permite a venda de 12 produtos básicos a preços inferiores, beneficiando 3,5 milhões de pessoas e contando com subsídios de Cr\$ 400 bilhões em 1985. A meta é o atendimento de 10 milhões de pessoas em 1986.

■ *Armazenagem.*

Foi definido o Plano Nacional de Armazenagem Comunitária, com o objetivo de beneficiar os pequenos agricultores rurais.

■ *Cooperativismo Rural.*

Através da promoção, assistência técnica, coordenação e fiscalização do sistema cooperativista e do associativismo rural, estimulou-se a harmonização do sindicalismo rural com os propósitos econômicos e sociais da agricultura. Com esse objetivo, promoveu-se a elaboração do Plano de Ação para o Desenvolvimento do Cooperativismo Brasileiro e o fortalecimento do Banco Nacional de Crédito Cooperativo. O montante dos créditos às cooperativas atingiu Cr\$ 1,45 trilhão em 1985 e CZ\$ 360 milhões no primeiro trimestre de 1986.

■ *Defesa Agropecuária.*

Foram desenvolvidos projetos de combate às doenças na pecuária, de combate ao cancro cítrico, ao bicudo do algodoeiro e ao gafanhoto do Nordeste. Além disso, foi estabelecido um programa de controle de resíduos biológicos, que procura detectar a presença de substâncias tóxicas em carnes, leite e pescado.

TRANSPORTES



■ *Construção e Pavimentação de Rodovias.*

Foram implantados 320 km e pavimentados 340 km de rodovias em 1985. No primeiro trimestre de 1986, foram implantados 100 km e pavimentados 60 km. Destaca-se o início das obras de construção e pavimentação da ligação Porto Velho - Rio Branco.

■ *Rodovias Vicinais.*

Da meta de 2.000 km, prevista para 1985, foram construídos 1.660 km, dos quais 950 km pavimentados. Até março de 1986 foram construídos 780 km, sendo que 180 km pavimentados.

■ *Ponte.*

Concluída a Ponte Internacional Presidente Tancredo Neves, que liga Foz do Iguaçu (Brasil) a Puerto Iguazú (Argentina).

■ *Conservação e Restauração de Rodovias.*

Dos 12.000 km de rodovias em mau estado e 18.000 km em estado regular, foram restaurados 1.700 km, em 1985, e mais 280 km até março de 1986. Da conservação preventiva, necessária em 15.000 km, a ser feita no período 1985/89, a meta de 340 km para 1985, foi integralmente cumprida.

■ *Regulamento.*

Foi concluída a revisão do Regulamento dos Serviços Rodoviários Interestaduais e Internacionais de Transporte Coletivo de Passageiros e promovida a revitalização do Fundo Rodoviário Nacional.

■ *Restauração Ferroviária.*

Foi iniciado programa que pretende restaurar 6.700 km de linhas de bitola métrica nos principais corredores de transporte, além de praticar intervenções seletivas em cerca de 2.500 km de malha do Nordeste e melhoramentos na malha de bitola larga da Região Sudeste. Destaca-se, ainda, acordo com o Banco Mundial no montante de US\$ 200 milhões, para investimento nas linhas dos corredores de exportação do Paraná e Minas Gerais — Espírito Santo.

■ *Sistema Viário do Nordeste.*

O Programa de Recuperação do Sistema viário do Nordeste iniciou a recuperação emergencial das áreas atingidas pelas enchentes, que tem um custo total de Cr\$ 3 trilhões.

■ *Vale-Transporte.*

O Vale-Transporte concedido ao trabalhador permitirá estabelecer um limite de 6% do seu salário para gastos com transporte, cabendo ao empregador complementar a diferença.

■ *Modernização e Melhoria dos Serviços*

Ferrovíários Urbanos de Passageiros.

Obras realizadas no Rio de Janeiro e São Paulo permitiram que os sistemas dessas cidades elevassem suas capacidades de 950 e 700 mil passageiros/dia para 1.200 e 900 mil passageiros/dia, respectivamente.

■ *Novos Sistemas Ferrovíários Urbanos.*

Dentre os investimentos feitos para a expansão dos sistemas ferroviários urbanos, destacam-se: O metrô de superfície de Porto Alegre; — TREMSURB; obras de complementação da 1.^a fase de metrô de superfície de Belo Horizonte, com assinatura de contrato para 2.^a fase; obras de complementação da 1.^a fase do metrô de superfície de Recife, com entrada em operação da 2.^a fase prevista para julho de 1986.

■ *Subprograma de Transporte por Ônibus.*

Foram concretizadas ações de apoio aos sistemas viários e de circulação em 26 cidades, a maioria de porte médio, consistindo, principalmente, na pavimentação e na sinalização de rotas de ônibus nas periferias de baixa renda, com base nos programas. Pavimentação de vias de Baixo Custo em Áreas de Baixa Renda (PROPAV), Melhorias Físicas e Operacionais em Aglomerados Urbanos (AGLURB) e Programa de Investimentos em Transportes Urbanos (PI-TU). As aplicações implicaram um montante total de recursos de Cr\$ 1 trilhão, em 1985.

■ *Sistemas Locais.*

Foram desenvolvidas ações especiais de apoio à estruturação e organização de sistemas locais de transportes urbanos em Natal, Aracaju, Teresina, Rio Branco, Cuiabá, Fortaleza, Londrina, Vitória, Brasília, Macapá e João Pessoa.

■ *Portos/Conclusão.*

Foram concluídas as obras do Porto de Vila do Conde, no Pará, e parcialmente concluídas as obras do Porto Ponta da Madeira (Maranhão), que escoará a produção de Carajás.

■ *Portos/Recuperação.*

Foram realizadas obras de recuperação dos cais dos portos de Itajaí, Maceió e Itaqui e dos terminais petroleiros de Rio Grande e Recife. Destacam-se, ainda, a restauração e ampliação dos portos de Maceió, Aratu, Ilhéus, Capuaba, Imbituba e Luís Correia.

■ *Portos/Equipamentos.*

Foram adquiridos, instalados e recuperados equipamentos para os portos de Manaus, Recife, Salvador, Itajaí, Rio Grande, Paranaguá, Rio de Janeiro e Santos, e para os portos fluviais de Ladário, Cáceres e Estrela.

■ *Portos/Contratos.*

Foi realizado contrato para construção do novo porto de Sergipe, em mar aberto, para navios de grande porte, e contratadas obras para expansão do porto de Paranaguá. Foi aberta também licitação para execução de obras de recuperação no cais do Porto de Santos.

■ *Programas para Transporte Fluvial.*

Está em fase final a elaboração dos programas de Transporte Fluvial para passageiros de baixa renda na Amazônia e para balizamento do Rio Madeira.

■ *Marinha Mercante.*

Com o reescalonamento das dívidas dos armadores junto ao Fundo de Marinha Mercante, iniciou-se o saneamento financeiro do setor de construção naval, com vistas a sua plena reativação em 1986.

PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



■ *Eliminação do “Déficit” da Previdência.*

Através do combate à fraude e à corrupção, do aperfeiçoamento dos mecanismos de arrecadação, da racionalização do gerenciamento financeiro e contando com os benefícios do crescimento econômico, a Previdência Social encerrou o exercício/85 com um superávit de Cr\$ 6,5 bilhões, no conceito de caixa, ou de Cr\$ 4,1 trilhões no conceito orçamentário.

■ *Reestudo do Sistema da Previdência Social.*

Foram criados: Comissão Interministerial que analisa a participação do Ministério da Previdência e Assistência Social — MPAS no cumprimento das cláusulas de contrato de trabalho, emissão de carteiras de trabalho e na prevenção de acidentes de trabalho; Conselho Superior do Sistema da Previdência, com a participação representativa de trabalhadores

e empregados; Comissão de estudos para identificar novas fontes de receita para a Previdência Social.

■ *Previdência Social Rural.*

Foi feita a revisão do Sistema da Previdência Social Rural, com a apresentação de novo anteprojeto-de-lei para a área rural, tendo em vista a efetiva extensão da previdência ao homem do campo.

■ *Sistema de Arrecadação e Fiscalização das Contribuições.*

Com o objetivo de aumentar a eficiência administrativa da Previdência foram tomadas as seguintes medidas: desenvolvimento do Sistema de Levantamento Automático de Débitos; Revisão do convênio bancário, com vistas a reverter em favor da Previdência possíveis ganhos financeiros; intensificação dos procedimentos de fiscalização.

■ *Racionalização e Universalização do Atendimento.*

Foram tomadas as seguintes medidas para garantir a melhoria do atendimento aos beneficiários do Sistema da Previdência Social: aperfeiçoamento do sistema de pagamento de benefícios; modernização dos postos de atendimento aos segurados; reorientação dos sistemas de escala médica, porta de entrada à marcação de consultas; desenvolvimento de projeto piloto para incorporação de práticas não-alopáticas - homeopatia, acupuntura, fitoterapia, plantas medicinais; sistema de atendimento em locais próximos às residências ou trabalho dos usuários; revitalização das AIS (Ações Integradas de Saúde); implantação do Sistema de Carteiras Individuais de Saúde, com medidas já adotadas para sua expansão.

■ *Assistência ao Menor.*

O Programa Integrado de Atendimento à Criança, de responsabilidade da LBA, tem por objetivo contribuir para a redução da mortalidade infantil e para o aprimoramento do desenvolvimento físico e psicossocial da criança até 6 anos de idade. O Programa deverá atender cerca de 1.800.000 crianças nas áreas da SUDENE e da Baixada Fluminense.

■ *Fraudes contra a Previdência.*

Para prevenir e apurar as fraudes contra o Sistema Previdenciário foram tomadas as seguintes providências: criação de comissão de alto nível (CAB, IAPAS e Governo) com total poder de acompanhamento e intervenção nos processos de fraudes; auditoria dos benefícios previdenciários em manutenção, abrangendo a revisão de seis tipos de benefícios concedidos pelo INPS; aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos serviços contratados, com a implantação do sistema de controle de contas ambulatoriais e hospitalares; auditoria dos procedimentos de assistência médico-hospitalar.

■ *Modernização Administrativa.*

Para efeito de modernização administrativa, merecem destaque as seguintes ações: implantação de novas agências integradas da Previdência e Assistência Social (expansão do projeto piloto de Caeté/MG); desmobilização do patrimônio ocioso do SINPAS; remodelação da DATAPREV para permitir o cruzamento de informações úteis ao aperfeiçoamento do cadastro dos segurados; Programa de Reforma de Imóveis, que envolve, numa etapa inicial, a reforma de três hospitais e cinco PAMs do Rio de Janeiro.

IRRIGAÇÃO



■ *Criação do Ministério.*

Para viabilizar — e queimar etapas burocráticas — permitindo a imediata implantação do Programa Nacional de Irrigação, que supervisionará todos os programas já existentes e outros que surgirem na área de irrigação, foi criado o Ministério Extraordinário para Assuntos de Irrigação, já com o compromisso de atingir, em cinco anos, a meta de um milhão de hectares irrigados.

■ *Programa de Irrigação do Nordeste — PROINE.*

O programa foi criado com o objetivo explícito de irrigar 1 milhão de ha. de terras nordestinas, ao custo aproximado de US\$ 4,3 bilhões. A meta para 1986 é irrigar 93 mil ha., o que exigirá investimentos da ordem de US\$ 320 milhões.

■ *Açudagem.*

Nessa área destacaram-se a conclusão, pelo DNOCS, dos açudes Manoel Balbino, no Ceará, com capacidade para 37 milhões de m³, Santa Inês, na Paraíba, com capacidade de 26 milhões de m³, Rosário, em Pernambuco, com capacidade para 35 milhões de m³. Mencionem-se ainda a perfuração e instalação de 345 poços.

■ *Programa de Pequena Açudagem no Semi-Árido do Nordeste — PROPAN.*

O Programa, que deverá iniciar-se ainda em 1986, propõe-se a participar de obras locais, juntamente com as municipalidades, que deverão contribuir com pelo menos 30% dos custos. O programa de irrigação DNOCS, por sua vez, atendeu a 15.836 ha. de área irrigada, e 18.301 ha. de sequeiro, possibilitando a geração de 11.085 empregos diretos e 22.170 empregos indiretos.

INTERIOR



■ *SUDENE.*

Transformada em autarquia especial, com reformulação do FINOR de forma a racionalizar suas aplicações e reorientar o processo de desenvolvimento da Região Nordeste. Foi elaborado o I Plano de Desenvolvimento do Nordeste, que procurou definir as políticas, diretrizes e estratégias a serem adotadas na Região no período 1986/89. Além disso, o Projeto Nordeste previu a alocação de US\$ 12 bilhões a serem aplicados nos próximos 15 anos.

■ *PAPP — Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.*

O programa tem como objetivo a erradicação da pobreza absoluta do meio rural e deverá aplicar, US\$ 3,6 bilhões em 5 anos. Os contratos já assinados com o Banco Mundial, no valor de 122,7 milhões de dólares, destinam-se a Sergipe e Rio Grande do Norte.

■ *Programa de Educação no Meio Rural.*

O Programa de Ações no Nordeste Rural despendeu, em 1985, Cr\$ 45 bilhões, repassados aos Governos Estaduais através dos Ministérios da Educação e da Saúde, em articulação com o MINTER, através da SUDENE.

■ *Enchentes/Recuperação.*

Foi criado o Programa de Recuperação das Áreas atingidas pelas enchentes na Região Nordeste, que pretende atender a mais de 1 milhão de flagelados, contando com recursos da ordem de Cr\$ 2,5 trilhões.

■ *Incentivos Fiscais e Financeiros Aprovados pela SUDENE.*

De março a dezembro de 1985, 96 empreendimentos para a Região Nordeste receberam incentivos do Governo, representando investimentos da ordem de Cr\$ 2,3 trilhões, prevendo-se a participação do FINOR com o montante de Cr\$ 1,5 trilhão. Espera-se a criação de 20.000 empregos diretos.

■ *Banco do Nordeste.*

O fortalecimento do Banco do Nordeste permitiu a reestruturação das operações com crédito rural, que beneficiam prioritariamente os pequenos produtores e a pequena e média empresa. Com aplicações de Cr\$ 15 trilhões em 1985, destaca-se a aprovação do Projeto da Fundação Cearense de Meteorologia e Chuvas Artificiais.

■ *Plano de Desenvolvimento do Centro-Oeste.*

O Plano teve a sua primeira etapa concluída pela SUDECO, com ampla discussão, aberta a todos os segmentos da sociedade civil.

■ *POLONOROESTE.*

O MINTER regularizou as exigências contratuais, que condicionavam a participação do BIRD e recolocou o POLONOROESTE em funcionamento. Em 1985, foram despendidos Cr\$ 240 bilhões e o orçamento para 1986 está estimado em Cr\$ 1 trilhão, com beneficiamento previsto para uma área de 410 mil km² ao longo da Rodovia Cuiabá-Porto Velho.

■ *Plano de Desenvolvimento da Amazônia.*

Foi concluída a primeira etapa do plano, a nível de política global, espacial, setorial e institucional. No âmbito do planejamento das ações a serem desenvolvidas na fronteira norte do País, foram selecionadas 6 áreas consideradas prioritárias para acelerar o desenvolvimento da Região.

■ *SUDAM.*

Promoveu-se o fortalecimento da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, como órgão coordenador da política de desenvolvimento regional, com reforço orçamentário do Conselho Deliberativo de forma a permitir a inclusão de representantes trabalhistas e patronais. De março a dezembro foram aprovados 47 projetos, envolvendo recursos de incentivos fiscais do FINAN no valor de Cr\$ 1,3 trilhão. Com esses projetos foram criados 11.406 novos empregos.

■ *SUFRAMA.*

Em 1985, a SUFRAMA aprovou 97 projetos industriais, com investimentos totais de Cr\$ 425 bilhões e a geração de 25.000 novos empregos. Destacam-se os esforços que vêm sendo desenvolvidos no sentido de adequar os incentivos fiscais para informática aos já existentes na Zona Franca de Manaus.

■ **POLAMAZÔNIA.**

Foi retomado o programa dos Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia. O POLAMAZÔNIA envolve a atuação governamental em 17 pólos de desenvolvimento na Amazônia e Centro-Oeste e prevê a aplicação, em 1986, através da SUDAM, de Cr\$ 195 bilhões, o que representa um incremento de 366% em relação a 1985.

■ **Banco da Amazônia.**

Foram aplicados, em 1985, pelo Banco da Amazônia S.A., recursos da ordem de Cr\$ 4,7 trilhões. Para 1986 estão em exame medidas que favoreçam o fortalecimento do BASA como órgão de fomento do desenvolvimento regional.

■ **Programa de Desenvolvimento da Lagoa Mirim.**

Durante a visita do Presidente Sarney ao Uruguai, foi assinado acordo estabelecendo a retomada dos trabalhos de barragens para a irrigação e geração de energia elétrica na região da Lagoa Mirim. Estão em desenvolvimento estudos referentes a um programa de incentivos fiscais para as regiões da fronteira Brasil-Uruguai, e que procuram criar alternativas para a implantação de agroindústrias na área do Chuí.

■ **Reservas Indígenas.**

Foram regularizadas, para efeito de demarcação, 6,1 milhões de ha. de terras indígenas, e encontram-se em fase de demarcação 5,4 milhões de ha. Foi criada uma Comissão Interministerial para reestruturar a FUNAI e melhor atender às comunidades indígenas.

■ **Migrações Internas.**

O Programa de Migrações Internas tem como objetivo estimular a criação de oportunidades sócio-

econômicas para as camadas populacionais de baixa renda nas regiões que caracterizam as novas fronteiras em ocupação.

■ ***Projeto Rondon.***

Concentrou sua atuação nas áreas de apoio ao Desenvolvimento Comunitário, Educação, Saúde, Habitação e Agricultura.

■ ***Redivisão Territorial.***

Foi criada uma comissão de estudos para analisar os aspectos referentes à divisão territorial do País.

DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE



■ *Criação do Ministério.*

O Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio-Ambiente reuniu, concentrou e elevou ao mais alto nível administrativo o trato governamental com os problemas de habitação, saneamento e ecologia.

■ *Reforma de Sistemas.*

Foi iniciada a reformulação dos Sistemas Financeiros da Habitação (SFH), e de Saneamento (SFS), bem como dos Conselhos Nacionais de Desenvolvimento Urbano (CNDU) e Meio-Ambiente (CONAMA), com maior participação da sociedade e da comunidade científica. Foram também revistas as funções do BNH, objetivando a sua transformação em Banco de Desenvolvimento Urbano.

■ *Ação Social do BNH.*

O BNH concentrou os seus financiamentos habitacionais (98% do total) na área de interesse social,

quando foram atendidas 40.000 famílias. Acrescentando-se a isso as concessões de empréstimos através dos demais componentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), foram contratados um total de 85.000 financiamentos, no valor de Cr\$ 7,2 trilhões. Por outro lado, merece destaque a concessão aos mutuários do SFH, de reajustes das prestações em nível inferior à inflação de 1985.

■ *Saneamento Básico.*

Foram aplicados em saneamento básico Cr\$ 4,5 trilhões, sendo Cr\$ 4 trilhões através de operações contratadas pelo BNH e Cr\$ 500 bilhões através do DNOCS.

■ *Saneamento Ambiental em Áreas Rurais.*

Foram despendidos recursos no montante de Cr\$ 22,8 bilhões para projetos de recuperação de terras inundadas.

■ *Programas Integrados de Regiões Metropolitanas.*

Programas de implantação e recuperação de infraestrutura de desenvolvimento urbano das regiões metropolitanas de Recife, Fortaleza e Salvador, escolhidos para iniciar experimentalmente tal tipo de projeto.

■ *Programa Integrado em Cidades de Porte Médio.*

Desenvolvendo estratégias de planejamento urbano em cidades de porte médio, para melhorar a qualidade de vida das populações carentes, o Programa beneficiou, em 1985, 20 municípios, com uma população total de 4 milhões de habitantes.

■ *Programa de Saneamento Rural.*

Contrato estabelecido com o BIRD, no valor de US\$ 16,3 milhões, prevê estudos, assistência técnica e reorganização institucional do setor de saneamento rural.

■ *Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas.*

Foi estabelecido programa com recursos de Cr\$ 72,4 bilhões para aplicação em 78 cidades brasileiras. O projeto prevê benefícios a 11 milhões de pessoas e modificação dos atuais padrões sanitários de 19% da população urbana do País.

TRABALHO



■ *Centrais Sindicais.*

Foi concedida ampla anistia aos dirigentes sindicais cassados. Além disso, destaca-se no período a criação da CUT (Central Única dos Trabalhadores) e do CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora).

■ *Justiça Salarial.*

A adoção de uma nova política salarial no País teve como objetivo principal estimular a recomposição de poder aquisitivo dos salários. Em sintonia com essa política, verificou-se um crescimento real médio de 8 a 15% nos salários industriais, no ano de 1985.

■ *Salário-Mínimo.*

A preocupação com a recuperação do poder de compra do salário-mínimo traduziu-se num aumento real de 10% quando se compara o período maio

a dezembro de 1985 com igual período do ano anterior.

■ ***Criação de Empregos.***

Em 1985, a economia brasileira apresentou expressivo dinamismo na geração de empregos, estimando-se em 1,75 milhão o número de novas oportunidades de trabalho geradas nesse ano. A taxa média de desocupação foi 24% inferior à observada em 1984.

■ ***Sistema Nacional de Empregos.***

Atendeu em 1985 a aproximadamente 1,1 milhão de trabalhadores, colocando no mercado de trabalho 30% do total de inscritos.

■ ***Pluralismo Sindical.***

Em 1985, surgiram 268 novas entidades sindicais, totalizando, no final do ano, 9.060 sindicatos. Desse, 4.669 são urbanos e 4.391 são rurais.

■ ***Programa de Alimentação do Trabalhador.***

Em 1985, cerca de 3 milhões de trabalhadores foram beneficiados, sendo que 77,14% situam-se na faixa salarial de até cinco salários-mínimos.

■ ***Pró-Autônomo.***

Com a criação do Programa de Apoio Financeiro ao Trabalhador Autônomo Prestador de Pequenos Serviços, foi possível conceder ao trabalhador autônomo financiamento em condições especiais para a obtenção de instrumentos de trabalho.

■ ***Seguro-Desemprego.***

Com o Plano de Estabilização Econômica, foi criado o Seguro-Desemprego.

JUSTIÇA



■ *Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.*

O Conselho foi criado com a finalidade de promover políticas que visem a eliminar a discriminação da Mulher e assegurar a sua plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do País.

■ *Conselho Nacional de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.*

A reestruturação e instalação do Conselho foi realizada com o objetivo de auxiliar na execução da política de direitos humanos.

■ *Revisão das Chamadas “Legislações Autoritárias”.*

Foram constituídas comissões especiais com o objetivo de fazer a revisão jurídica dos seguintes tópicos: Lei de Censura; situação jurídica dos estrangeiros; simplificação de procedimentos contábeis; Código do Processo Civil; Lei das Sociedades por quotas; Lei de Imprensa.

■ ***Comissão Provisória de Estudos Constitucionais.***

Criada por decreto presidencial, a Comissão foi instalada a 3 de setembro de 1985 e vem realizando os trabalhos preparatórios para a elaboração da nova Constituição pela Assembléia Nacional Constituinte.

■ ***Projeto “Teixeira de Freitas”.***

O projeto foi desenvolvido com vistas a perpetuar a memória jurídica nacional através da microfilmagem, indexação e catalogação das normas jurídicas constantes em Diário Oficial e outras publicações.

■ ***Controle de Estrangeiros.***

Com a adaptação das Instalações da Divisão de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteira, intensificaram-se os programas de atendimento, orientação e controle interno de estrangeiros e passageiros de tráfego internacional.

■ ***Registro Nacional de Condutores.***

O Projeto pretende concluir a implantação e melhoria do cadastro de habilitação de motoristas e condutores de outros meios de locomoção.

■ ***Registro Nacional de Veículos Automotores.***

A implantação de cadastros eletrônicos de veículos pretende coibir o furto de veículos, dificultando o comércio dos carros roubados.

■ ***Entorpecentes.***

Com o projeto da alteração da estrutura do Conselho Federal de Entorpecentes, a elaboração do 1.º Plano Nacional de Combate a Entorpecentes e o projeto de criação do Fundo de Prevenção, Recuperação e Combate a Drogas, foi iniciado um combate mais rigoroso ao tráfico, cultivo e produção de drogas.

ADMINISTRAÇÃO



■ *Criação do Ministério.*

Com o objetivo de reavaliar, redimensionar e projetar reformulações futuras na máquina administrativa do Governo Federal, foi criado o Ministério da Administração.

■ *Reforma Administrativa.*

Começou a se realizar através dos seguintes projetos: Projeto de Estatuto dos Servidores do Poder Executivo; Projeto da Lei Orgânica Federal; Projeto de Reforma dos Órgãos da Administração Direta e Indireta; Projeto de Estatuto das Estatais; Projeto sobre Sistema de Cargos, Empregos e Funções do Poder Executivo.

■ *Residências Oficiais.*

Com a extinção de mordomias, passou à responsabilidade dos ocupantes das residências oficiais o pagamento de aluguel, alimentação e empregados,

antes custeados pelo Tesouro. Além disso, procurou-se desenvolver uma nova política de ocupação dos apartamentos funcionais, que visa a corrigir distorções e irregularidades.

■ ***Regulamentação de Pessoal.***

O reaproveitamento de pessoal ocioso nos órgãos federais pretende, com realocação de funcionários, evitar novas contratações que tragam ônus desnecessários para a União.

■ ***Carros Oficiais.***

Promovida uma drástica redução na frota de carros oficiais, que passou de 2.112 para 243 veículos.

■ ***Sistema Nacional de Protocolo.***

O sistema permitirá ao cidadão localizar, por telefone, e de qualquer ponto do País, os processos e documentos que lhe digam respeito.

■ ***Recursos Humanos.***

O Programa Básico de Treinamento do Servidor Público destina-se a atender aos servidores que não participam de atividades de treinamento por falta de recursos. Em 1985, foram realizados 250 cursos, que serviram para o treinamento de 11.000 servidores. Estão previstos 155 cursos para o 1.º semestre de 1986.

EXÉRCITO



■ *Força Terrestre — 1990.*

Estabelecido plano de curto prazo para aumento de operacionalidade e atualização doutrinária e tecnológica do Exército.

■ *Guerra Eletrônica.*

Implantado, em Brasília, o Centro de Instrução de Guerra Eletrônica, com início das obras de infraestrutura em março de 1986.

■ *Planejamento.*

A atualização do Planejamento Estratégico pretende manter a preparação e evolução do Exército segundo sucessivos horizontes de planejamento, que alcançam até o início do próximo século.

■ *Ciência e Tecnologia.*

Criação da Secretaria de Ciência e Tecnologia, a que se subordina o Centro Tecnológico do Exército.

■ *Pessoal Civil.*

Procedeu-se à regulamentação da admissão de pessoal civil no âmbito da Força e nas empresas vinculadas.

■ *Adestramento.*

Através de cursos, treinamentos e manobras nas unidades, grandes unidades e grandes comandos, prosseguiu-se com os trabalhos de preparação da Força Terrestre.

AERONÁUTICA



■ *Indústria Aeronáutica.*

A capacitação da indústria aeronáutica — EMBRAER — pelo aporte de capitais, criou melhores condições de participação nos mercados nacional e internacional. Entre suas realizações destacam-se: a aeronave de combate “AMX”, realizada em consórcio com a Itália; contratos de fornecimento de aeronaves T 27 - “Tucano” para Venezuela e Inglaterra; vendas de aeronaves “Brasília” nos mercados dos Estados Unidos e Alemanha. Em 1985, a EMBRAER faturou US\$ 225 milhões, dos quais US\$ 142 milhões relativos ao mercado externo.

■ *Desenvolvimento da Infra-estrutura Aeroespacial.*

Implantação do Aeroporto Internacional de Guarulhos e ampliação do sistema de controle do espaço aéreo brasileiro.

■ *Aparelhamento.*

O aumento do número de aeronaves de aplicação militar e o melhoramento da capacidade de apoio de infra-estrutura foram investimentos realizados para fortalecer a capacidade operacional da Força Aérea.

MARINHA



■ *Patrulhamento no Litoral.*

O patrulhamento do litoral foi feito de forma a inibir a prática de pesca ilegal por barcos estrangeiros não autorizados.

■ *Programa Antártico Brasileiro.*

A exploração do Continente Antártico foi assegurada pela instalação de base permanente, prevendo-se a participação crescente do Brasil em atividades científicas na região.

■ *Adestramento Naval.*

Exercícios e operações a nível nacional — inclusive com a participação de unidades aéreas da FAB — e internacional, em conjunto com navios argentinos, norte-americanos, uruguaios e venezuelanos.

■ *Programa de Reparcelhamento.*

Através de incentivos à construção de navios de guerra no País, estimulou-se a diminuição de exportações e redução de dependência externa.

■ *Desenvolvimento Social.*

Através de corvetas e navios de patrulha fluvial foi dado o máximo apoio às populações ribeirinhas da bacia amazônica e do Rio Paraguai.

ESTADO-MAIOR DAS FORÇAS ARMADAS



■ *Satélite Brasileiro.*

Decidido o lançamento, em princípios de 1989, do Centro de Lançamento de Alcântara (Maranhão), do primeiro satélite brasileiro, dentro do Programa Missão Espacial Completa Brasileira, inclusive com a nacionalização do veículo lançador de satélites.

■ *Exercício EMFA-85.*

Atualização, através da revisão de dados e criação de novas hipóteses, de planos para atuação conjunta das Forças Armadas Brasileiras. Este foi o mais importante trabalho anual de planejamento militar conjunto do País, com a participação dos Estados Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica e da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. O Exercício EMFA definiu, objetivamente, os Comandos Operacionais da Estrutura Militar de Guerra, bem como a capacidade precisa da Força de Teatro de Operações, em caso de emergência.

■ *Ação Antitóxicos nas Forças Armadas.*

O EMFA desenvolveu trabalho para prevenir e enfrentar este problema que preocupa as organizações militares do mundo inteiro.

■ *Manuais de Operação.*

Além da atualização da Doutrina Militar Brasileira — base conceitual do treinamento e emprego das Forças Armadas — o EMFA preparou diversos manuais, tais como: Manual de Transporte das Forças Armadas, Manual de Defesa Territorial, Normas de Defesa Territorial, Normas sobre Elaboração de Avaliações Estratégicas, Instruções Reguladoras da Execução de Aerolevantamentos.

PLANEJAMENTO



■ *I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República — PND.*

O I PND da Nova República definiu a estratégia de desenvolvimento sócio-econômico e as metas governamentais para o período 1986/89, consagrando a opção pelo progresso social, pelo crescimento econômico e por reformas profundas na estrutura do setor público.

■ *Programa de Prioridades Sociais.*

Os programas de Prioridade Social definiram a consolidação, ampliação e racionalização de recursos para a área social, envolvendo todos os Ministérios que mantêm programas nesse sentido. Em 1985, foram despendidos recursos da ordem de Cr\$ 11 trilhões, estando previstos CZ\$ 53 bilhões para 1986.

■ *Avaliação dos Salários do Pessoal de Empresas Estatais.*

Com a conclusão de relatórios e propostas, foram

canceladas vantagens salariais e benefícios indevidos ou desnecessários aos funcionários públicos em serviço no Exterior.

■ ***Reforma Tributária e Reforma Administrativo-Financeira.***

Foi aprovada pelo Congresso Nacional proposta de reforma tributária que descentraliza recursos orçamentários em favor dos Estados e Municípios. As transferências de recursos aos Estados e Municípios atingiram Cr\$ 25 trilhões em 1985.

■ ***Novo Orçamento das Estatais.***

Foi aprovado e está em execução o novo orçamento com uma contenção de gastos da ordem de Cr\$ 28,6 trilhões. Desses, Cr\$ 19,3 trilhões pertencem à rubrica "Investimentos", Cr\$ 1,3 trilhões referem-se a "Pessoal" e Cr\$ 8 trilhões referem-se a "Custeio".

■ ***Redução de Gastos.***

Está em vigor decreto proibindo contratações e admissões nas empresas estatais e na Administração Direta até junho de 1986. Está prevista, ainda, para 1986, uma redução nas despesas com custeio, mediante um corte de 20% nos gastos com "Serviços de Terceiros".

■ ***Conselho Interministerial de Salários das Empresas Estatais — (CISE).***

O Conselho iniciou a definição de uma política de remuneração nas empresas estatais, para com isso obter maior controle sobre as distorções e abusos.

■ ***Orçamento da União Unificado.***

O Orçamento da União para 1986 registrou o pri-

meio grande esforço para consolidar as Contas Nacionais, inclusive as contas fiscais, antes incluídas no Orçamento Monetário. Destaca-se também o controle pelo Congresso de contas que até então não eram submetidas à aprovação do Legislativo.

■ ***Cadastramento.***

Foi elaborado o Relatório Anual da SEST, relativo à execução orçamentária das empresas estatais em 1984, e o Cadastro das Empresas Estatais relativo a 1985.

■ ***Auditorias Operacionais.***

O Programa de auditorias em empresas estatais, por firmas independentes, iniciou a correção de distorções oriundas de gestões anteriores e a reestruturação das empresas, de forma a torná-las mais eficientes.

■ ***Novos Projetos de Investimentos.***

O início de novos projetos que envolvam dispêndios superiores a 2.000.000 de OTNs passa a depender de prévia autorização do Presidente da República.

■ ***Cooperação Técnica com Estados e Municípios.***

Foram transferidos pelo Governo Federal, em 1985, Cr\$ 12,3 bilhões, com prioridades para o Nordeste, Centro-Oeste e Norte.

■ ***Fortalecimento do FINOR.***

A incorporação dos recursos do PIN/PROTERRA e do FISET para o FINOR, e o incremento dos dispêndios das empresas estatais federais no Nordeste, servirão como estímulo ao desenvolvimento dessa Região.

DESBUROCRATIZAÇÃO



■ *Microempresa.*

Depois de colocado em vigor o estatuto da microempresa, prosseguem os estudos para o seu aperfeiçoamento. Com o apoio do PrND e dos microempresários, instituiu-se a Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa.

■ *Fala Cidadão.*

Foi estabelecido um canal direto de comunicação, via postal e telefônico, entre os usuários dos serviços federais e os seus dirigentes. Com isso, pretende-se promover a cidadania organizada e a superação de barreiras burocráticas que emperram os serviços públicos.

■ *Projeto Cidadania.*

Foi criado um projeto que visa a diminuir a quantidade de documentos exigidos dos cidadãos, estipulando-se a carteira de identidade como docu-

mento padrão, que seria distribuído gratuitamente aos cidadãos mais carentes. Este projeto envolve ainda a publicação de cartilhas destinadas a promover o debate e a conscientização com respeito à Constituinte.

■ *Desburocratização Participativa.*

Através do esforço solidário de todos os órgãos da administração federal, foi retomado o trabalho de simplificação no atendimento aos usuários dos serviços públicos. Foram eliminados mais de 3 milhões de documentos, 17 milhões de assinaturas e 24 milhões de cópias.

■ *Municipalização.*

Criado projeto que visa a preparar os administradores municipais para assumirem funções antes exercidas pelos Governos Federal ou Estadual, mas que saíram dessas esferas com a reforma tributária.

RELAÇÕES EXTERIORES



■ *ONU.*

Ao abrir, em nome do Brasil, os debates da 40.^a Assembléia-Geral das Nações Unidas, o Presidente José Sarney chamou atenção do Mundo para o caráter político do endividamento externo das nações em desenvolvimento e pediu uma solução negociada para a questão.

■ *Direitos Humanos.*

O Brasil aderiu aos Pactos sobre Direitos Humanos das Nações Unidas e Organização dos Estados Americanos.

■ *Relações com a América Latina.*

O diálogo com os parceiros latino-americanos foi intensificado, com visitas do Presidente ao Uruguai e México e do Chanceler brasileiro à Argentina, Venezuela, Colômbia, Guatemala e Paraguai. Importantes entendimentos econômicos foram realizados, especialmente com Argentina e Uruguai, na tentativa

de dar sentido concreto e operativo às propostas de maior integração do Continente. Destaca-se ainda o encontro presidencial Brasil-Colômbia em Manaus e o processo de revisão do relacionamento com Cuba.

■ *Países Desenvolvidos.*

Com os países ocidentais desenvolvidos, o relacionamento continuou a fluir de modo equilibrado, tendo como ponto alto a visita do Presidente francês. A visita do Chanceler brasileiro à União Soviética marca o início de um relacionamento político maduro com aquele país.

■ *África.*

As relações com os países africanos continuaram a intensificar-se, apesar do agravamento dos problemas econômicos por que passam aquelas nações. Por outro lado, o Brasil reiterou sua condenação à política racista da África do Sul, adotando sanções restritivas àquele país por meio de decreto presidencial.

■ *Ásia.*

A visita do Ministro das Relações Exteriores à Índia e a vinda ao Brasil do Chanceler e do Primeiro-Ministro da China são marcos de um processo de intensificação no relacionamento com os países asiáticos.

■ *Protecionismo.*

O recrudescimento de posturas bilaterais e protecionistas nos países desenvolvidos levou o Brasil a defender, junto aos organismos internacionais, o sistema multilateral de comércio e a criticar o protecionismo que atinge as exportações de produtos agrícolas e industriais.

CULTURA



■ *Criação do Ministério.*

Com a estrutura e pessoal recebidos dos órgãos desmembrados do MEC, o novo Ministério iniciou um processo de definição de suas operações.

■ *Seminários e Debates sobre a Cultura.*

Foi promovida a realização do I Seminário sobre Cultura, em Brasília, em agosto/85, e organizados debates culturais em diversos Estados, com artistas, produtores culturais e autoridades ligadas à área.

■ *Projeto-de-Lei Sarney.*

Ativados estudos interministeriais sobre o Projeto-de-Lei de iniciativa do Presidente Sarney, quando exercia mandato de Senador, que incentiva, mediante dedução fiscal, o investimento em atividades culturais e artísticas, por parte de pessoas físicas e jurídicas.

■ *Isenção Alfandegária.*

Aprovação de isenção das taxas alfandegárias incidentes sobre material destinado a atividades artísticas.

■ *Apoio ao Desenvolvimento de Projetos Culturais nos Estados.*

Transferência de cerca de Cr\$.69 bilhões para os Estados, com o objetivo de financiar atividades culturais aí realizadas.

■ *Fundação Nacional da Arte — FUNARTE.*

Assinados 7 convênios novos e 11 termos aditivos a convênios abrangendo todo o território nacional.

■ *Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Fundação Pró-Memória.*

Foram realizadas diversas obras de restauração do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Merecem destaque o Plano de Preservação e Revitalização do Núcleo Histórico de Alcântara (MA) e o fortalecimento dos museus, com adoção do Programa Nacional de Museus.

■ *Cinema.*

A EMBRAFILME retomou a produção de filmes de longa e curta metragens, num total de 42. Adquiriu e recuperou filmes realizados em Cataguases, na década de 20. Promoveu a realização do V Júri de Premiação de Curtas-Metragens.

■ *Etnia.*

Com a preocupação de valorizar as raízes etnoculturais da sociedade, destacou-se em 1985 o tombamento do sítio histórico Quilombo dos Palmares.

COMUNICAÇÕES



■ *Postos Rurais dos Correios.*

A interiorização dos correios, avançou, em 1985, com a implantação de 1.500 postos em sedes de distritos de todo o País. O sistema consiste da venda de selos e aerogramas por comerciantes residentes nas vilas, que ficam, também, com a responsabilidade de recepção e distribuição de correspondências.

■ *Telefonia Rural.*

A integração ao Sistema Nacional de Telecomunicações dos povoados que ainda não dispõem de serviços telefônicos. Deverá atender, no período 1985/89, a mais de 10.500 localidades, beneficiando oito milhões de pessoas. No ano de 1985, houve um aumento de 9% no número de localidades atendidas por telefone, com instalação de aparelhos em mais de 734 povoados e vilas.

■ *Programa de Comunicações Domésticas por Satélite.*

Entrou em serviço o satélite Brasilsat I, em maio de 1985, permitindo ao Brasil uma economia anual de divisas da ordem de US\$ 10 milhões, que atingirá US\$ 22 milhões em 1990. O Brasilsat II, satélite de reserva, poderá ser ativado a qualquer momento, em caso de defeito do principal ou em caso de aumento de tráfego.

■ *Telestrada.*

Os motoristas de ônibus e caminhões já podem se comunicar com assinantes do serviço telefônico em qualquer ponto do País. O serviço foi ativado oficialmente em dezembro de 1985 e tem capacidade para atender 10 mil veículos rodoviários.

■ *Crescimento.*

O número de telefones alcançou 11,2 milhões em 1985 e os terminais em serviço (linhas telefônicas) cresceram 8% em relação a 1984. A densidade telefônica (telefones por 100 habitantes) atingiu 8,6%, em 1985, enquanto o tráfego telefônico local cresceu 12,5% e o tráfego interurbano, 18,7%.

■ *Telefones Públicos.*

As empresas do Sistema TELEBRÁS foram orientadas no sentido de que, nas áreas de tarifação básica, o usuário não necessite deslocar-se mais de 500 metros para dispor dos serviços dos telefones públicos. Com esse objetivo, estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 1,25 bilhão no período 1985/89.

■ *Reajuste de Tarifas.*

No ano de 1985, as tarifas foram reajustadas em 172%, um percentual bem inferior à inflação do período.

■ *Pesquisa.*

O volume de investimentos a serem utilizados no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS elevou-se de Cr\$ 153 bilhões, em 1984, para Cr\$ 1 trilhão em 1985.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



■ *Criação do Ministério da Ciência e Tecnologia.*

Com a criação do novo Ministério, foi dado um passo fundamental para o fortalecimento da política de apoio e incentivo à tecnologia nacional. As ações já realizadas e em curso procuraram criar condições para o desenvolvimento e fortalecimento da tecnologia própria através do aumento dos investimentos, da continuidade da pesquisa e dos programas de capacitação de recursos humanos, do fortalecimento estrutural e financeiro das agências de fomento, e do reaparelhamento dos institutos de pesquisa.

■ *Conselho de Ciência e Tecnologia.*

Proposta e reformulação do Conselho, que poderá ser transformado em Conselho Interministerial, com representação da comunidade científica e atribuições na elaboração da política nacional de ciência e tecnologia.

■ *Plano de Ciência e Tecnologia da Nova República.*

O Plano foi elaborado com base no debate nacional “Ciência e Tecnologia numa Sociedade Democrática”, que contou com ampla participação da comunidade científica.

■ *Novos Materiais.*

Estímulo especial ao desenvolvimento de tecnologia para aproveitamento dos compostos chamados “terras raras” — nióbio, tântalo, tungstênio, etc. — que são, em geral, exportados *in natura* e reimportados depois de sofrerem processamento industrial.

■ *Biotecnologia.*

Foi criada a Secretaria de Biotecnologia e elaborada uma política setorial para a área. O Programa de Desenvolvimento de Fármacos visa à substituição de importações de antibióticos, hormônios e vitaminas, enquanto a Programação Básica de Produção de Alimentos procura superar estrangulamentos através da aplicação de tecnologia de ponta.

■ *Informática.*

Com a instalação do Conselho Nacional de Informática (CONIN), a aprovação do Plano Nacional pela Câmara dos Deputados e a aprovação de incentivos ao setor produtivo, foram lançadas as bases para a consolidação da política nacional de informática.

■ *Recuperação da Pesquisa Científica.*

Iniciada a recuperação da capacidade de pesquisa instalada no País, através de levantamento concluído em março de 1986.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



■ *Extinção de Órgãos Inoperantes.*

Iniciou-se o processo de extinção da Comissão Executiva do Sal, Conselho de Desenvolvimento das Micro, Pequena e Média Empresas, Conselho Nacional do Alcool, Conselho de Não-Ferrosos e Siderurgia, e Comissão Nacional da Indústria da Construção Civil, órgãos que não atendiam às finalidades para as quais foram criados ou porque suas funções e competências sobrepõem-se às de algum outro órgão. As delegacias do MIC nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo foram desativadas, passando-se a utilizar as instalações do Instituto Brasileiro do Café. Com isso foram liberados mais de 300 funcionários, às ordens do Ministério da Administração.

■ *Conselho Nacional de Política Industrial.*

Este novo Conselho funcionará como órgão superior da implantação e condução de uma política industrial para o País, contando com participações

paritárias das classes empresariais e de representantes dos trabalhadores na indústria.

■ *Comércio.*

Estão em fase de conclusão, pelo Conselho de Desenvolvimento Comercial, os estudos que fundamentarão uma proposta de política básica para o setor. Em 1986, foi lançado o Programa de Modernização das Juntas Comerciais e procedeu-se à implantação do Cadastro Nacional de Empresas.

■ *Siderurgia.*

Foi estabelecido o plano geral de saneamento da SIDERBRÁS para fazer face à dívida do setor e garantir recursos para seu crescimento, com a capitalização de parte da dívida, num montante de US\$ 5,7 bilhões. O programa de investimentos para o período 1986/89 prevê recursos no montante de US\$ 1,4 bilhão, para a expansão da Cia. Siderúrgica Nacional — COSIPA, USIMINAS e implementação da unidade metalúrgica da AÇOMINAS com acréscimo de 4,1 milhões de toneladas de aço à capacidade de produção instalada.

■ *Privatização.*

Estão em curso as medidas necessárias à privatização das empresas produtoras de aços não-planos. Promove-se a abertura do capital da USIMINAS e os trabalhos de identificação, para posterior alienação, dos ativos não-operacionais das demais empresas.

■ *Turismo.*

Em 1985, entraram no Brasil cerca de 1,8 milhão de turistas, gerando recursos da ordem de US\$ 1,7 bilhão, o que representa um crescimento de 14,8% em relação a 1984.

■ *Micro, Pequena e Média Empresas.*

A definição de políticas objetivas de apoio a essas empresas propõe que elas venham a desempenhar um papel relevante no novo padrão de industrialização, ocupando espaços na produção de manufaturados e na provisão de serviços em mercados competitivos e áreas com finalidade de desenvolvimento social e regional, em atividades complementares às das grandes empresas.

■ *Açúcar e Álcool.*

Concluída a auditoria externa no Instituto do Açúcar e do Álcool, encontra-se em implantação o processo de adequação institucional da autarquia às diretrizes da nova política para o setor. Foi criado Comitê destinado a dar maior transparência às atividades de comercialização do açúcar e estão sendo ultimados os trabalhos que visam à transformação do PLANALSUCAR em fundação de direito privado. Destaca-se, ainda, o início do processo de privatização da Companhia Usinas Nacionais.

■ *Produção de Álcool.*

Para a safra 1985/86 está prevista a produção de 11,1 bilhões de litros de álcool, com acréscimo de 20% em relação à produção da safra anterior.

■ *Café.*

Também o IBC passou por auditoria externa. Foi realizada uma profunda reformulação de processos e métodos administrativos com vistas à eficiência da autarquia na coordenação e fiscalização da política do setor.

■ **Borracha.**

O MIC vem desenvolvendo ações que buscam a reestruturação e definição da política de desenvolvimento para o setor. Está em curso o processo de avaliação do Conselho Nacional da Borracha, da Superintendência da Borracha e do Programa de Financiamento de Plantio de Borrachas Vegetais.

MINAS E ENERGIA



■ *Petróleo.*

No ano de 1985, verificou-se um aumento de 18,5% na produção nacional de petróleo, que atingiu a marca de 608 mil barris diários.

■ *Carajás.*

O Projeto de Ferro Carajás iniciou o embarque de minério de ferro por navios de grande porte através do porto de Ponta da Madeira. Em implantação os projetos “Cobre” e “Ouro”, também pela Cia. Vale do Rio Doce.

■ *Programa Nacional de Pequenas Centrais de Energia Elétrica.*

Com a diminuição dos trâmites de autorização para construção de centrais elétricas de pequeno e médio portes, procurou-se estimular a iniciativa privada a investir nesse setor, na Amazônia e Centro-Oeste.

■ *Pesquisa Mineral.*

Foram feitos levantamentos geológicos e de semi-detahes em várias regiões, estabelecendo-se convênios com Universidades para mapeamentos geológicos, e projetos aerogeográficos. Além de pesquisa mineral (ouro, diamante, turfa), foram realizadas sondagens para investimento em ouro, petróleo, carvão e sais de potássio.

■ *Nuclebrás.*

Começou a reavaliação do Programa Nuclear Brasileiro.

■ *Usina de Titânio.*

Teve início a construção da Usina de Titânio em Itabira (MG), que prevê, para 1988, a produção de 400 mil toneladas de concentrado de titânio, possibilitando ao País ganhos de divisas de US\$ 80 milhões anuais.

■ *Xingó.*

Em fase de pré-qualificação, o projeto para construção da Usina Hidrelétrica de Xingó (AL e SE), a ser realizada no Rio São Francisco, com potência de 2,136 MW médios.

■ *Hidrelétricas.*

Instalação de turbinas e extensão da rede de transmissão das hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu. Em curso também as obras de construção das hidrelétricas de Itaparica, Samuel e Balbina.

■ *Alumínio.*

Foi inaugurada a Usina da ALBRÁS, no Pará, com capacidade de produção de 80.000 toneladas e ampliada, de 100.000 para 235.000 toneladas, a capacidade de produção da usina da ALUMAR, no Maranhão.

FAZENDA



■ *Crescimento Econômico.*

O comportamento da economia em 1985 refletiu a opção do Governo pelo desenvolvimento com orientação social. A economia como um todo cresceu a uma taxa média de 8,3%. A indústria expandiu-se em 9,0% com destaque para os setores ligados ao mercado interno, como o de bens de consumo duráveis, que cresceu 15% no período. A taxa média de desemprego em dezembro de 1985 foi de 5,3%, inferior, portanto, aos 7,1% do ano anterior.

■ *Programa de Estabilização Econômica (também chamado Plano Cruzado e Pacote Econômico).*

Em 28 de fevereiro de 1986, foi eliminada a correção monetária e criada uma nova moeda para a economia brasileira, além de instituído o congelamento geral de todos os preços. Aos salários, corrigidos segundo a média real dos seis meses anteriores, foi acrescentado um abono de 8%. Para os tra-

balhadores que ganham salário-mínimo, o abono foi de 15%. Criou-se também a escala móvel para correção automática de salários e o seguro-desemprego.

■ *Crimes do Colarinho Branco.*

Aplicação da correção monetária ao passivo das instituições liquidadas extrajudicialmente. O Governo decretou o fim da “indústria das liquidações extrajudiciais”, que beneficiavam os autores de crimes financeiros conhecidos como “crimes do colarinho branco”.

■ *Controle de Preços.*

Foi reinstituído o controle de preços industriais pelo CIP.

■ *Balança Comercial.*

Em 1985, foi alcançado um saldo de US\$ 12,5 bilhões na Balança Comercial, com exportações de US\$ 25,6 bilhões e importações de US\$ 13,1 bilhões.

■ *Reservas.*

As reservas internacionais situaram-se em torno de US\$ 11,6 bilhões, em 1985. As reservas internacionais líquidas aumentaram de US\$ 4,2 bilhões em 1984 para US\$ 4,7 bilhões em 1985.

■ *Justiça Tributária.*

Isenção do recolhimento do Imposto de Renda na fonte para contribuintes com rendimentos mensais brutos de até 5 salários-mínimos e isenção do IR para assalariados com rendimentos mensais de até 7 salários-mínimos e que tenham 3 ou mais dependentes.

■ *Déficit Público.*

Redução do déficit do setor público de 4,4% do PIB, em 1984, para 2,5% em 1985.

AÇÃO COMUNITÁRIA



■ *Criação da Secretaria.*

A Secretaria Especial de Ação Comunitária — SEAC — foi criada em 31 de julho de 1985 e está diretamente vinculada à Presidência da República. Seu objetivo é direcionar recursos financeiros e materiais para complementar as iniciativas comunitárias, de forma a beneficiar as populações de baixa renda localizadas em áreas carentes de infra-estrutura urbana ou sujeitas a acidentes naturais.

■ *Programa “Leite das Crianças”.*

A distribuição de leite a crianças carentes atingiu, até março de 1986, um total de 228 mil crianças, através de mais de 700 instituições (entidades religiosas, associações comunitárias, sindicatos, etc.), conveniadas para as cidades de Teresina, Recife, João Pessoa, Natal e Brasília. Até dezembro de 1986, o Programa estará implantado em 23 capitais do País, com 3.600.000 crianças e 1.350.000 famílias beneficiadas.

■ *Projetos Aprovados.*

Foram aprovados 5.010 projetos comunitários, até março de 1986, distribuídos em 506 Municípios e envolvendo um total de 5.035.885 pessoas. Estão comprometidos recursos da ordem de CZ\$ 209 milhões.

■ *Hortas Comunitárias.*

O terreno e a mão-de-obra para a construção da horta ficam a cargo da comunidade e a SEAC complementa os recursos necessários à sua implantação.

■ *Mutirões Habitacionais.*

As Prefeituras e suas comunidades são responsáveis pelo terreno, mão-de-obra e legalização das construções. A SEAC apóia o investimento com recursos materiais.

■ *Pontes e Estradas.*

A SEAC complementa os recursos necessários à construção de pequenas pontes e estradas vicinais, desde que as comunidades e Prefeituras se responsabilizem pela mão-de-obra.

■ *Outros Projetos Prioritários.*

Mecanização Comunitária; Telefonia Comunitária; Teatro Amador; Biblioteca Comunitária; Reparação de Escolas Primárias; Horta e Alimentação Escolar; Cursos Pré-Profissionalizantes; Centro Esportivo Comunitário; Saneamento Comunitário; Creches Comunitárias; Posto Médico Comunitário.



